
Citação bibliográfica: Santiago, P.J. (2025). Produção do espaço e redefinições regionais no Norte Fluminense. *Ikara. Revista de Geografias Iberoamericanas*, (7). <https://doi.org/10.18239/Ikara.3624>

Produção do espaço e redefinições regionais no Norte Fluminense

Patrick José Santiago ^{1*} 

Resumo: Na esteira do avanço globalizado e financeirizado do capital em cidades médias, objetivamos debater e analisar o avanço do fenômeno urbano em cidades da região Norte Fluminense. Tal trabalho tem como base teórica os estudos de Christaller (1966), Corrêa (1995) e (2011), Sposito (2009), Santos (1985), Taylor (2012) e Catelan (2013) e utiliza dados demográficos e de cadastro empresariais de 2010 e 2022, complementados por dados de uso e ocupação do solo de 2000, 2010 e 2022 para compreender os avanços e agentes orientadores em cada cidade. Com isso é possível compreender que os municípios estudados apresentaram avanços urbanos fortemente ligados aos usos residenciais, desde uma ocupação orgânica aos espaços residenciais fechados, com a presença de comércio e serviços em algumas parcelas, no sentido de criar amenidades a essa nova população de diferentes estratos sociais, e, nos casos de Macaé e Rio das Ostras, atrelada à presença industrial.

Palavras chave: organização espacial; análise espacial; avanço urbano; espaços de consumo.

Producción del espacio y redefiniciones regionales en el Norte Fluminense

Resumen: A la luz del avance globalizado y financiarizado del capital en ciudades medias, nos proponemos debatir y analizar el avance del fenómeno urbano en ciudades de la región Norte Fluminense. Este trabajo tiene como base teórica los estudios de Christaller (1966), Corrêa (1995) y (2011), Sposito (2009), Santos (1985), Taylor (2012) y Catelan (2013), y utiliza datos demográficos y de registros empresariales de 2010 y 2022, complementados por datos de uso y ocupación del suelo de 2000, 2010 y 2022, con el fin de comprender los avances y los agentes orientadores en cada ciudad. Con ello, es posible entender que los municipios estudiados presentaron avances urbanos fuertemente ligados a los usos residenciales, desde una ocupación orgánica hasta espacios residenciales cerrados, con la presencia de comercio y servicios en algunas áreas, con el objetivo de crear amenidades para esta nueva población de diferentes estratos sociales y, en los casos de Macaé y Rio das Ostras, vinculados a la presencia industrial.

Palabras clave: organización espacial; análisis espacial; avance urbano; espacios de consumo.

Production of Space and Regional Redefinitions in Northern Fluminense

Abstract: In the wake of the globalized and financialized advance of capital in medium-sized cities, we aim to debate and analyze the progress of the urban phenomenon in cities of the Northern Fluminense region. This work is theoretically grounded in the studies of Christaller (1966), Corrêa (1995, 2011), Sposito (2009), Santos (1985), Taylor (2012), and Catelan (2013), and employs demographic and business registry data from 2010 and 2022, complemented by land use and occupation data from 2000, 2010, and 2022, to understand the advances and guiding agents in each city. Based on this, it is possible to see that the studied municipalities experienced urban developments strongly linked to residential uses, ranging from organic settlement to gated residential areas, accompanied by the presence of commerce and services

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil). * Autor/a para la correspondencia: pjs.ufri@gmail.com

Financiamento: O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela concessão de bolsas e auxílio financeiro que possibilitou esse trabalho.

in certain sections, aimed at creating amenities for this new population of different social strata, and, in the cases of Macaé and Rio das Ostras, connected to industrial presence.

Key words: spatial organization; spatial analysis; urban expansion; consumption spaces.

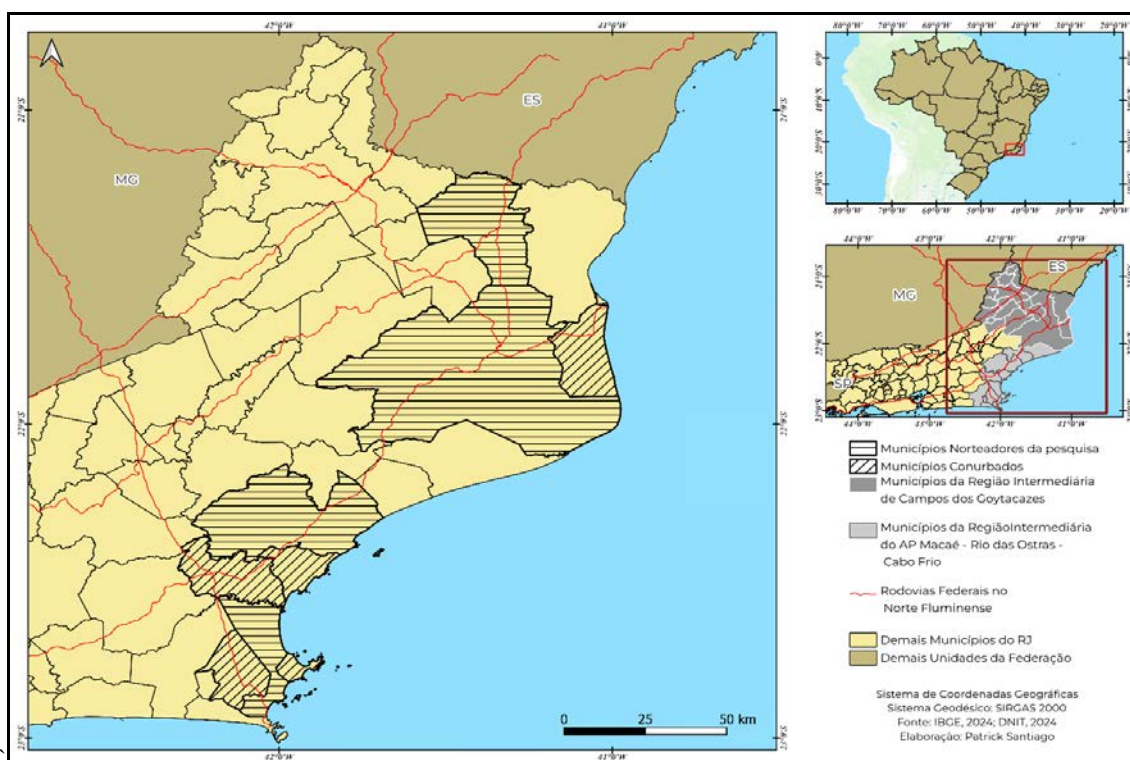
•••

1. INTRODUÇÃO

As cidades que compõem a região Norte Fluminense –aqui compreendida como a junção das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana de Campos dos Goytacazes e do Arranjo Populacional de Macaé–Cabo Frio–Rio das Ostras– têm como principal polo de articulação a metrópole do Rio de Janeiro (REGIC, 2018). Isso intensifica as trocas e os fluxos entre cidades de diferentes tamanhos e posições hierárquicas, favorecidos pela continuidade territorial e pelas facilidades nas articulações empresariais diversas.

É importante destacar que a região Norte Fluminense, tal como definida neste contexto, baseia-se na compreensão das relações estabelecidas regionalmente a partir dos setores produtivos de comércio, serviços e indústria, passando a englobar 30 municípios pertencentes às regiões intermediárias de Campos dos Goytacazes e de Macaé–Rio das Ostras–Cabo Frio. Ressalta-se, ainda, que essa região vem se desenvolvendo entre duas metrópoles –Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES)–, interligadas pela rodovia federal BR-101 (Figura 1).

Figura 1. Mapa de localização e situação do Norte Fluminense (2024)



Fontes: IBGE, Divisão Regional do Brasil (2024); IBGE, Malhas Municipais (2024) & DNIT (2024).

Paralelamente a isso, observa-se que as cidades médias e de porte médio, tanto no estado do Rio de Janeiro quanto no restante do Brasil, têm apresentado dados relevantes e expressivos no que se refere ao crescimento demográfico. Esse crescimento envolve não apenas o aumento populacional em si, mas também a expansão dos equipamentos urbanos que acompanham a chegada de novos moradores com distintos perfis socioeconômicos. Incluem-se, aqui, desde os equipamentos residenciais –como

loteamentos, condomínios e espaços residenciais fechados— até os espaços de consumo de bens e serviços, como supermercados, hipermercados, atacarejos, shopping centers e galerias comerciais.

Direcionando a análise para o campo específico deste estudo, compreendemos que os dados populacionais contribuem, ainda que parcialmente, para a compreensão das dinâmicas demográficas vivenciadas tanto no estado do Rio de Janeiro quanto na região Norte Fluminense.

No primeiro recorte, referente ao estado do Rio de Janeiro, observa-se que, entre os dez municípios mais populosos, apenas Campos dos Goytacazes, Belford Roxo e Volta Redonda apresentam crescimento populacional, sendo Campos dos Goytacazes o mais expressivo entre eles (Tabela 1). Esse dado confirma e reforça uma tendência observada em nível nacional: cidades de porte médio, com população entre 100.000 e 500.000 habitantes e situadas fora das regiões metropolitanas, têm se destacado como os principais motores do crescimento demográfico (G1, 2023). Em contrapartida, cidades e arranjos populacionais de maior porte tendem a apresentar taxas de crescimento menores ou até mesmo de decréscimo populacional –como é o caso da capital do estado, Rio de Janeiro, e de municípios da Região Metropolitana, como São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, São João de Meriti e Petrópolis. É relevante destacar o município de Belford Roxo, única cidade da Região Metropolitana que, nesse recorte temporal, apresenta crescimento populacional, contrariando a tendência predominante na região em que está inserido.

Tabela 1. Estado do Rio de Janeiro: 10 maiores populações municipais de acordo com o Censo Demográfico (2022)

Município	População em 2022	Diferença entre Censos	Percentual de diferença
Rio de Janeiro	6.211.223	- 109.223	-1,7 %
São Gonçalo	896.744	- 102.984	-10,3 %
Duque de Caxias	808.161	- 46.887	-5,5 %
Nova Iguaçu	785.867	- 10.390	-1,3 %
Campos dos Goytacazes	483.540	19.809	4,3 %
Belford Roxo	483.087	13.755	2,9 %
Niterói	481.749	- 5.813	-1,2 %
São João de Meriti	440.962	- 17.711	-3,9 %
Petrópolis	278.881	- 17.036	-5,8 %
Volta Redonda	261.563	3.760	1,5 %

Fontes: IBGE, Censo Demográfico (2023); IBGE, Censo Demográfico (2010).

Ao avançarmos para o recorte regional em estudo (o Norte Fluminense), é possível observar uma dinâmica semelhante, ajustada à escala de análise. Os municípios intermediários, que nessa escala apresentam população entre 25.000 e 175.000 habitantes,² destacam-se como os principais vetores de crescimento demográfico, por registrarem as taxas mais expressivas de crescimento geométrico (TGC) entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022 (Tabela 2).

² Valor encontrado a partir dos seguintes cálculos: Média da população de 2022 dos municípios da região somado ao Desvio Padrão dos mesmos valores atribuído ao valor máximo do intervalo; média da população de 2022 dos municípios da região subtraída a 0,5 Desvio Padrão dos mesmos valores atribuído ao valor mínimo do intervalo.

A Tabela 2 mostra que, das cinco maiores taxas de crescimento geométrico (TGC) da região estudada, três (correspondentes aos maiores valores) referem-se a municípios com população entre 25.000 e 175.000 habitantes, sendo seguidos por Cabo Frio e Macaé. Nesse recorte, Campos dos Goytacazes apresenta a 15ª maior TGC, com taxa anual de 0,34 %. A partir da junção desses dados, delimitamos nosso campo de estudo: os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé e Cabo Frio, com o objetivo de compreender as dinâmicas de uso e ocupação do solo associadas a agentes residenciais, industriais e aos fomentadores de espaços de consumo.

Tabela 2. *Região Norte Fluminense: 5 maiores taxas de crescimento geométrico (TCG) de acordo com o Censo Demográfico (2022)*

Município	População em 2022	TCG
Rio das Ostras	156.491	3,33 %
Armação dos Búzios	40.006	3,15 %
Iguaba Grande	27.920	1,68 %
Cabo Frio	222.161	1,48 %
Macaé	246.391	1,47 %

Fontes: IBGE, Censo Demográfico (2023); IBGE, Censo Demográfico (2010).

Com base nessa delimitação, o trabalho tem como objetivo central analisar e compreender as lógicas da expansão urbana no Norte Fluminense, entendendo-a simultaneamente como fenômeno e como processo. Complementarmente, busca-se identificar os agentes presentes nesse território em expansão, responsáveis pelas conurbações observadas entre diferentes municípios –aqui compreendidas como situações em que os limites político-administrativos são ignorados, dando lugar a ocupações urbanas contínuas entre cidades vizinhas.

Como objetivo secundário, pretende-se compreender os diferentes usos do solo (residencial, comercial, de serviços ou industrial) que se manifestam nas áreas de conexão e continuidade entre os limites municipais.

A partir desses objetivos, a problemática central do trabalho consiste em identificar o perfil das tipologias de avanço do espaço urbanizado nas cidades analisadas. Buscam-se, inicialmente, respostas às seguintes questões: qual é esse perfil, segundo os dados do Censo Demográfico? Quais lógicas orientam essas expansões? Qual o tipo de agente envolvido nesse processo? E quais diferenças intrarregionais podem ser observadas, a partir da combinação dos dados censitários com as informações sobre uso e ocupação do solo?

Constata-se, assim, que o crescimento demográfico desses municípios está acompanhado por um avanço territorial nos diferentes usos do espaço (residencial, industrial, comercial e de serviços), resultando na reorganização do território. Esse processo envolve a implantação de loteamentos e condomínios (abertos e fechados), novas plantas industriais e diversos espaços de consumo, com a presença significativa de agentes nacionais e globais. Tal dinâmica aponta para uma possível reestruturação intraurbana, com a formação de novos espaços centrais e zonas de convergência de fluxos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As ações propostas neste trabalho têm como base um arcabouço teórico que se inicia com os estudos de Christaller sobre a Teoria das Localidades Centrais (Christaller, 1966), passando pela releitura crítica de Corrêa (2011) e sendo complementado pelas contribuições de Silva e Sposito (2017), que analisam a relação entre as cidades médias, a rede urbana e o papel articulador dessas cidades no território.

Piquet (2021) oferece subsídios importantes ao abordar a trajetória histórica da região Norte Fluminense, destacando sua relação com a agropecuária e a indústria, bem como as transformações decorrentes das transições econômicas. Silva (2022) aprofunda as lógicas territoriais em Macaé. A essas compreensões somam-se os aportes teóricos de Taylor, Hoyler e Verbruggen (2010), além de Catelan (2013), que propõem um olhar para além da hierarquia urbana tradicional, incorporando a noção de relações heterárquicas dentro de um sistema dialético.

Contribuem ainda para o desenvolvimento deste estudo as obras de Silva (2023, 2024), Silva e Schor (2022) e Sposito (2007), que tratam da reestruturação urbana, dos espaços de consumo e das especificidades das cidades médias, além de Santiago (2023), que se debruça sobre a cidade de Campos dos Goytacazes.

Atualmente, os estudos urbanos reconhecem as cidades médias como espaços privilegiados de atuação de diversos agentes urbanos, operando em múltiplas escalas (Sposito & Sposito, 2017). Essa multiplicidade de agentes torna essas cidades espaços-chave para análises sobre as lógicas sociais e econômicas que moldam o território urbano. Tais dinâmicas contribuem para processos de reestruturação urbana, tanto em escala intraurbana quanto interurbana ou em rede. Dentro desse debate, ganha destaque a discussão em torno da atuação do capitalismo em suas diferentes formas, especialmente o capitalismo financeirizado e globalizado (Carlos, 2004), que influencia diretamente as formas e funções do espaço urbano contemporâneo.

Nesse contexto, observa-se o avanço do espaço urbano nos municípios da região Norte Fluminense. Ainda que se trate de um fenômeno dinâmico e processual, com manifestações em todo o território regional, torna-se necessário delimitar campos específicos de estudo para observações mais aprofundadas. Para isso, foi realizada uma etapa prévia de desenvolvimento da pesquisa, com o intuito de identificar os municípios e áreas mais adequadas à análise, conforme os objetivos propostos.

3. METODOLOGIA

O trabalho apresentado segue um caminho metodológico baseado na utilização de dados secundários relativos às questões demográficas, econômicas, de localização e de tipologias de estabelecimentos. Esses dados foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com recorte temporal entre os anos de 2010 a 2022. Adicionalmente, foram utilizados dados de uso e cobertura do solo da região estudada, provenientes da plataforma MapBiomias, referentes aos anos de 2000, 2010 e 2022. O objetivo foi compreender os vetores de ocupação e os caminhos de expansão registrados nas cidades analisadas.

O primeiro bloco de dados –de natureza tabular– permitiu compreender a situação socioeconômica e territorial dessas cidades, bem como as transformações observadas ao longo do período, como o crescimento populacional e a reconfiguração territorial. Essa etapa foi realizada por meio da análise de Tabelas e gráficos e da produção de materiais de apoio às leituras teóricas.

O segundo bloco de dados, de natureza matricial e espacial, diz respeito ao uso e cobertura do solo. A análise foi conduzida com base nos resultados do primeiro bloco, articulada à fundamentação teórica, permitindo a criação de material gráfico, como as figuras apresentadas, e possibilitando a visualização geográfica dos avanços territoriais.

Ambos os blocos foram trabalhados em conjunto, especialmente os dados georreferenciados do primeiro bloco e as áreas de avanço identificadas no segundo. Utilizaram-se os softwares QGIS e Microsoft Excel, permitindo análises integradas. A delimitação do avanço da área urbana entre anos consecutivos foi realizada por meio da função “diferença” no QGIS. Para cruzamento com dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), aplicou-se a função “selecionar por localização”, extraíndo-se os dados detalhados das áreas selecionadas para o Excel, com posterior elaboração de gráficos e Tabelas.

No decorrer da pesquisa, tornou-se necessário incorporar novas bases de dados, como o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, referente ao ano de 2022, que fornece informações sobre o volume de pessoal formalmente empregado com base em registros fornecidos por empresas de diferentes portes. Foram também utilizados dados do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ambos referentes a 2022.

Além disso, foi necessária a verificação da localização de determinados estabelecimentos por meio da plataforma Google Maps, utilizando-se também imagens de solo da ferramenta Google Street View para validar divergências nas informações sobre a localização de empreendimentos dos setores de comércio e serviços. Nesse sentido, foram mapeados estabelecimentos de redes de comércio alimentício, incluindo supermercados, hipermercados, atacarejos e atacadistas, de redes relevantes presentes na região.

Com essa estrutura metodológica e conceitual, é possível compreender, como identificou Miyazaki (2008) ao estudar o entorno de Presidente Prudente, que os avanços territoriais transbordam os limites político-administrativos, devido à própria natureza do fenômeno. Isso gera, como apontado por Silva (2022) em seu estudo sobre Resende, uma divisão territorial do trabalho que favorece uma vivência cotidiana regional, com trocas socioeconômicas que ocorrem independentemente dos limites político-administrativos. Essas dinâmicas manifestam-se em conurbações e continuidades espaciais (Sposito, 2004) estabelecidas entre municípios como Cabo Frio e São Pedro da Aldeia; Cabo Frio e Armação dos Búzios; Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras; e Rio das Ostras e Macaé.

4. AVANÇOS DA ÁREA URBANIZADA NAS CIDADES OBSERVADAS

Compreendendo o processo de intensificação de fluxos em cidades fora do contexto metropolitano –como é o caso das cidades médias e de porte médio– observa-se, nesta pesquisa, que novas configurações espaciais e lógicas urbanas passam a integrar o cotidiano desses espaços. Tais dinâmicas são analisadas à luz da conceituação de fragmentação e articulação do espaço (Corrêa, 1995), bem como da dispersão e descentralização das atividades econômicas (Sposito, 2004), além da diversificação das formas de espaço residencial.

Assim, parte-se do pressuposto de que o espaço urbano é construído por meio de usos distintos e justapostos, em um padrão fragmentado, que dá origem a áreas com diferentes funções: centrais, industriais, residenciais e de reserva imobiliária. Ao mesmo tempo, essa fragmentação está articulada pelas relações funcionais e pelos fluxos cotidianos entre os espaços, sobretudo os fluxos de pessoas (Corrêa, 1995, p. 7), permitindo observar os avanços da mancha urbana em nossa área de estudo.

A análise se inicia com o município de Macaé, onde foi possível identificar que, entre os anos de 2000 e 2010, a expansão da área urbana ocorreu de maneira dispersa, com diferentes vetores: No sentido norte, partindo do centro tradicional, predominou o uso residencial, com exceção da presença do uso industrial associado à expansão inicial do parque industrial de Cabiúnas, onde se encontra o Terminal Cabiúnas (TECAB) da Petrobras. No sentido oeste, também a partir do centro tradicional, verificou-se novamente um predomínio residencial, mas com a presença do uso institucional e de serviços na região do Horto, onde foram implantadas a nova sede do poder legislativo municipal, órgãos judiciários e equipamentos de saúde pública.

No sentido sudoeste, identificou-se uma configuração mais diversificada, com áreas de uso residencial, industrial e de comércio/serviços, dando início, ainda nesse período, à formação de uma conurbação com o município de Rio das Ostras.

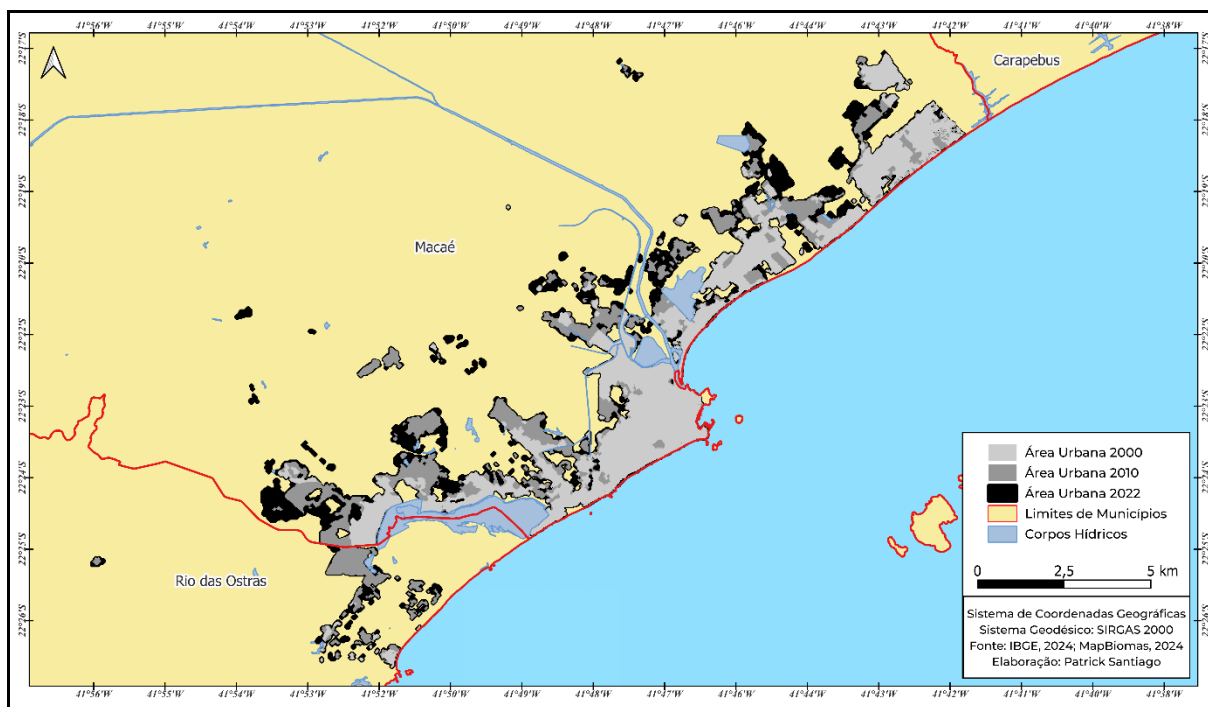
No recorte entre 2010 e 2022, verifica-se a continuidade dessa lógica de expansão dispersa, com reforço dos vetores espaciais já identificados no período anterior e mantendo padrões semelhantes de uso do solo (Figura 2). Dentre os elementos destacados nesta análise, ressalta-se a conurbação entre Macaé e Rio das Ostras, por dois fatores principais: A forte presença do setor industrial, com predominância de empresas vinculadas à cadeia do petróleo e gás, o que se justifica pela proximidade com a Bacia de

Campos, área estratégica para a exploração offshore. A presença do empreendimento “Alphaville Costa do Sol”, composto por três unidades localizadas às margens da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), via estruturante que interliga o município de São Gonçalo à divisa entre Macaé e Carapebus, atravessando parte da Região Metropolitana, da Região dos Lagos e do Norte Fluminense.

Ao realizar a interpolação dos dados do CNEFE (2022) sobre as áreas de expansão urbana, foram identificadas as seguintes proporções quanto à tipologia de uso: Entre 2000 e 2010, 84,53 % das novas ocupações correspondem ao uso residencial particular permanente, enquanto 15,47 % referem-se a outras tipologias (comercial, industrial, institucional etc.). Entre 2010 e 2022, esse padrão se intensifica, com 89,28 % das novas ocupações sendo de uso residencial particular e apenas 10,72 % correspondendo às demais categorias.

Esses dados evidenciam a predominância do crescimento habitacional disperso e sua correlação com a lógica de fragmentação e expansão horizontal do espaço urbano, articulada a um processo de valorização e apropriação territorial por agentes diversos, entre eles grandes empreendimentos imobiliários e o setor industrial vinculado ao petróleo.

Figura 2. *Macaé: Avanço de área urbana e adentramento nos limites de Rio das Ostras (2024)*



Fonte: IBGE (2024) & MapBiomas (2024).

Ao realizar um recorte na área de avanço urbano entre Macaé e Rio das Ostras, observa-se que, no período de 2000 a 2010, 67,93 % das novas ocupações corresponderam a residências particulares permanentes, enquanto 32,07 % referem-se a demais tipologias de uso. No intervalo de 2010 a 2022, verifica-se um aumento na predominância do uso residencial, com 83,63 % das ocupações classificadas como residências particulares e 16,37 % como outras tipologias.

Esses dados indicam que a expansão urbana foi inicialmente orientada pela presença de atividades industriais, sendo posteriormente sucedida por um avanço residencial. Este crescimento residencial é marcado pela presença de uma classe social de médio a alto poder aquisitivo, cuja ocupação é direcionada, em parte, pela implantação do empreendimento Alphaville, o qual representa um vetor estruturante da expansão urbana local.

O processo de ocupação observado, particularmente na área de transbordamento territorial de Macaé em direção a Rio das Ostras –localizada ao sudoeste, conforme apresentado no Figura 2– revela dinâmicas

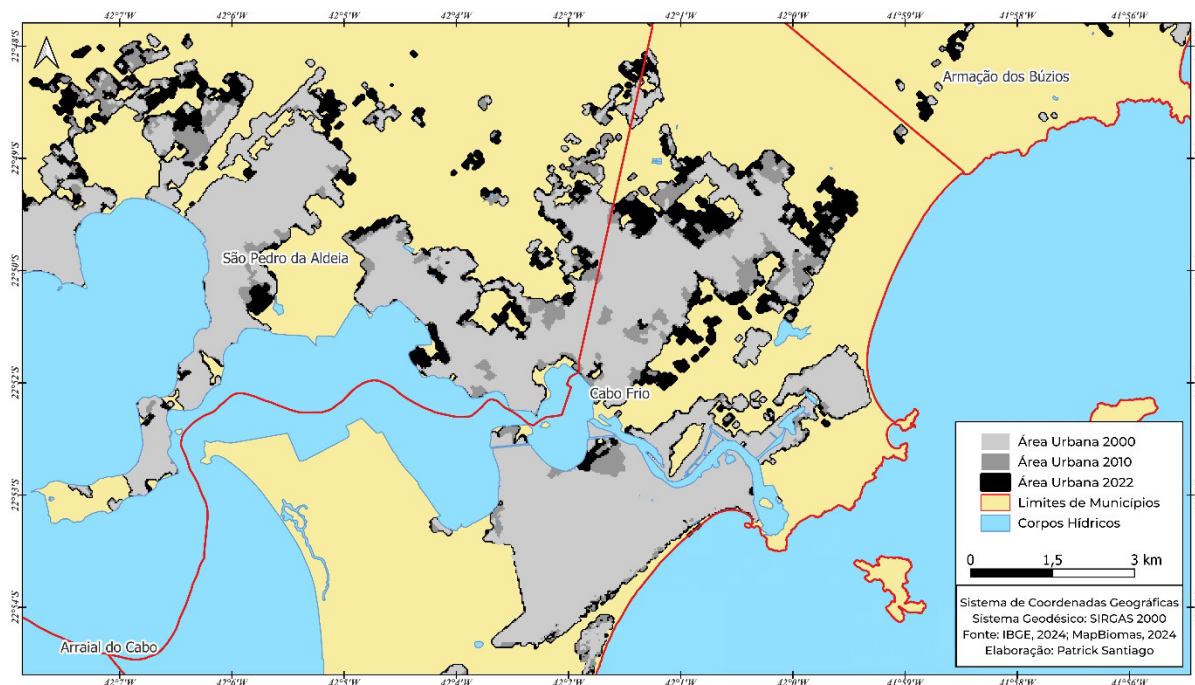
semelhantes àquelas discutidas por Corrêa (1995) ao abordar as consequências da industrialização sobre os espaços urbanos periféricos. Embora o autor se refira às dinâmicas dos séculos XIX e XX, especialmente no que tange à ocupação espontânea promovida por agentes industriais e pela população proletária que se articula às indústrias, é possível identificar paralelos contemporâneos. Corrêa (1995) destaca, ainda, que a localização de distritos industriais é frequentemente uma ação do Estado, moldada por interesses de diversos agentes sociais —entre os quais se incluem os econômicos—, o que permite ampliar a leitura desse fenômeno na atualidade.

Neste contexto, a presença do Alphaville pode ser compreendida sob dois prismas. Por um lado, evidencia-se a articulação político-social dos agentes do setor imobiliário, revelando um processo dialético de influência sobre a escolha locacional. Por outro, constata-se um avanço do tecido urbano de Macaé para além dos seus limites político-administrativos, impulsionado pela localização de plantas industriais, que funcionam como catalisadoras de um processo de ocupação territorial que, embora aparente espontaneidade, carrega elementos estruturados — configurando, assim, uma ocupação pseudo-orgânica.

Seguindo essa mesma análise para Cabo Frio, é possível identificar a conurbação entre Cabo Frio e São Pedro da Aldeia (Figura 3) e buscar compreender suas lógicas.

Identificamos nessas expansões urbanas, a conurbação, 84,68 % das feições para uso residencial particular e 15,32 % para demais tipologias entre 2000 e 2010 e 84,52 % de uso residencial particular e 15,48 % para demais tipologias para o recorte temporal de 2010 a 2022. Ao segregarmos os dados para cada municípios observamos que em Cabo Frio 83,66 % das feições se davam para o uso residencial e 16,34 % para demais tipologias entre 2000 e 2010 e 84,64 % para uso residencial e 15,36 % para demais tipologias entre 2010 e 2022, enquanto em São Pedro da Aldeia 86,91 % eram feições de uso residencial e 13,09 % eram feições de demais tipologias entre 2000 e 2010 e 83,91 % foram identificadas para uso residencial e 16,09 % para demais tipologias entre 2010 e 2022.

Figura 3. Cabo Frio: Avanço de área urbana e conurbação com São Pedro da Aldeia (2024).



Fonte: IBGE (2024) & MapBiomias (2024).

Realizando a identificação dos padrões de construção dos avanços urbanos apresentados no Figura 3, observa-se que, diferentemente da conurbação entre Macaé e Rio das Ostras, as expansões da área urbana entre Cabo Frio e São Pedro da Aldeia apresentam predomínio do uso residencial. Às margens da divisa

entre os municípios, identificam-se espaços residenciais fechados de padrão médio, bem como conjuntos habitacionais vinculados ao programa Minha Casa, Minha Vida. Verifica-se também a presença do empreendimento Alphaville no município de Cabo Frio, embora em menor escala e sob a denominação “Terras Alphaville”, quando comparado ao Alphaville localizado em Rio das Ostras.

Além disso, foi possível constatar crescimento nas demais tipologias construtivas em São Pedro da Aldeia, associado a uma lógica de amenidade voltada às áreas mais distantes do centro comercial das cidades. Com base nessa observação, destaca-se a atuação dos agentes político-administrativos locais, sobretudo pela escolha da localização dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida. Essa localização aponta para uma orientação espacial voltada à acomodação de estratos sociais de menor poder aquisitivo, situando-os na periferia ao norte do centro tradicional de Cabo Frio. Ademais, evidencia-se uma tentativa de oferecer amenidades mínimas a essa população, ainda que os empreendimentos observados nessa região sejam, em sua maioria, de caráter local, com baixa especialização e alcance espacial limitado, especialmente quando comparados aos empreendimentos situados ao sul da cidade – abaixo da Lagoa e do Canal de Araruama.

Antes de avançar, é importante registrar a tentativa de compor mapas que indicassem o rendimento domiciliar médio com base nos dados do Censo Demográfico de 2022. No entanto, até o momento de elaboração deste trabalho, tais dados ainda não estavam disponíveis, impossibilitando uma análise aprofundada sobre a relação espacial entre os diferentes estratos sociais. Porém será feita uma reflexão acerca da ocupação e desses avanços com o rendimento apresentado no ano de 2010 mais adiante, tendo como intuito uma leitura de possíveis estratos sociais impactados e orientados nesse processo de reestruturação.

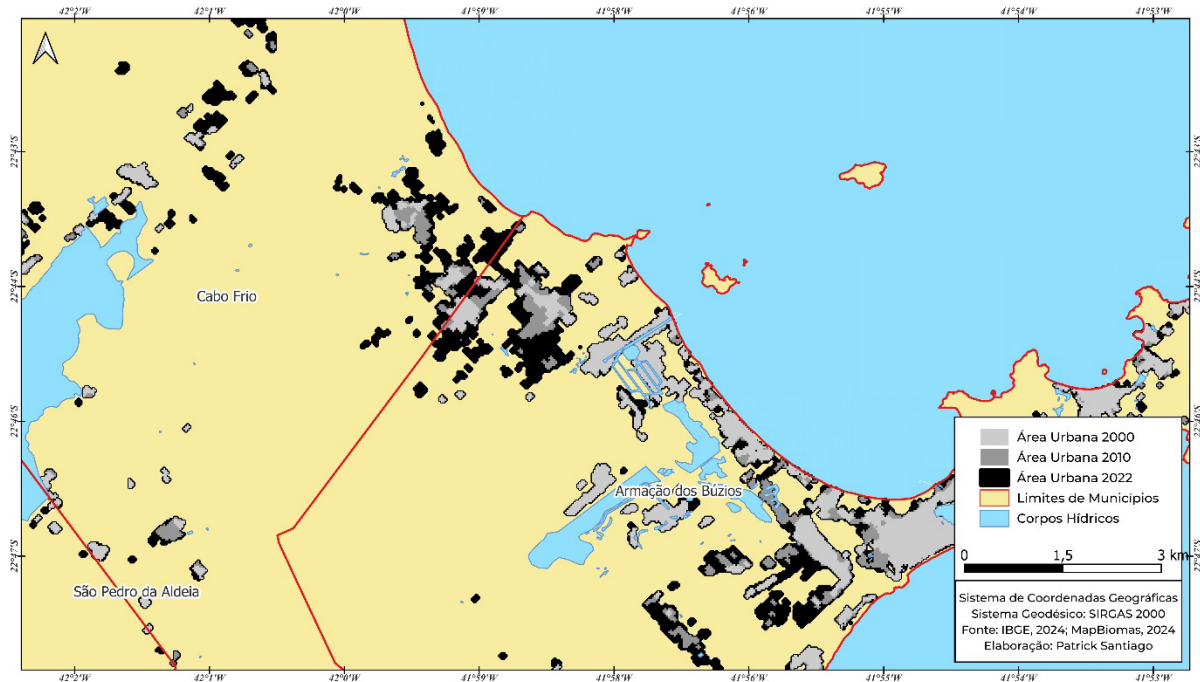
Cabe salientar também que embora esta pesquisa tenha como recorte principal o período entre 2000 e 2022, a análise dos dados históricos disponibilizados pelo MapBiomas (1985–2022) revela que o processo de conurbação entre Cabo Frio e São Pedro da Aldeia teve início entre 1985 e 1990, consolidando-se entre 1990 e 2000, o que é representado na configuração territorial apresentada no Figura 3.

Os Figuras 4 e 5, por sua vez, também se referem ao município de Cabo Frio, mais especificamente ao distrito de Tamoios, onde são observadas conurbações com Armação dos Búzios (Figura 4) e com Casimiro de Abreu, no distrito de Barra de São João, estendendo-se até a cidade de Rio das Ostras (Figura 5). Essas figuras ilustram expansões predominantemente residenciais, com a presença limitada de espaços residenciais fechados e de estabelecimentos comerciais e de serviços complementares, oferecendo amenidades semelhantes às observadas entre Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Na conurbação entre Cabo Frio e Armação dos Búzios, os dados referentes ao período de 2000 a 2010 indicam que 81,83 % das feições correspondem ao uso residencial particular e 18,17 % às demais tipologias. Para o período de 2010 a 2022, os percentuais foram de 82,45 % e 17,55 %, respectivamente. Considerando apenas o município de Cabo Frio, identificou-se que, entre 2000 e 2010, 80,32 % das feições foram classificadas como de uso residencial e 19,68 % como de demais tipologias; já entre 2010 e 2022, os percentuais foram de 82,60 % para uso residencial e 17,40 % para as demais categorias. Em Armação dos Búzios, os dados apontam que, no primeiro período, 82,98 % das feições eram de uso residencial e 17,02 % de outras tipologias, enquanto no segundo período os valores foram de 82,30 % e 17,70 %, respectivamente.

Esses dados, todos referentes à área conurbada, reforçam a existência de uma configuração territorial marcada por uma amenidade sutil oferecida à população residente nesses espaços, que assim como na área de conurbação entre Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, tende a ser uma população de baixo a médio poder aquisitivo.

Figura 4. *Cabo Frio: Avanço de área urbana e aglomeração com área urbana de Armação dos Búzios (2024)*



Fonte: IBGE (2024) & MapBiomas (2024).

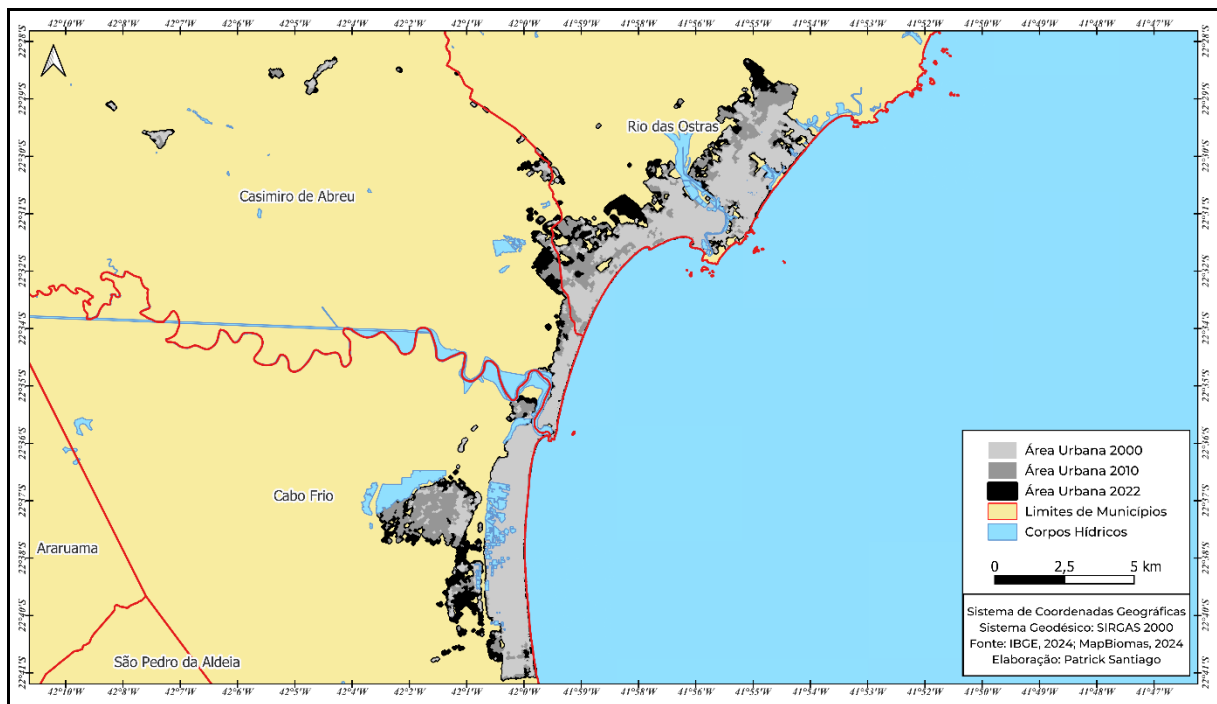
No que se refere à conurbação entre os municípios de Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, os dados da expansão urbana entre 2000 e 2010 indicam que 86,81 % das feições correspondem ao uso residencial particular, enquanto 13,19 % referem-se às demais tipologias. No período de 2010 a 2022, os percentuais foram de 84,12 % para o uso residencial particular e 15,88 % para as demais tipologias.

Especificamente em Cabo Frio, 84,38 % das feições foram classificadas como uso residencial e 15,62 % como demais tipologias entre 2000 e 2010. Já no intervalo entre 2010 e 2022, esses valores foram de 82,79 % e 17,21 %, respectivamente. No município de Casimiro de Abreu, os dados mostram que, entre 2000 e 2010, 84,88 % das feições se enquadram como uso residencial e 15,12 % como demais tipologias; entre 2010 e 2022, os percentuais foram de 80,23 % para uso residencial e 19,77 % para as demais tipologias. Por fim, em Rio das Ostras, identificou-se 87,90 % de uso residencial e 12,10 % de outras tipologias entre 2000 e 2010, e 86,98 % para uso residencial e 13,02 % para demais tipologias no período de 2010 a 2022.

Esses dados reforçam a presença predominante do uso residencial nessas áreas de conurbação, porém com crescimento gradual dos usos não residenciais, especialmente entre 2010 e 2022. Esse movimento pode ser interpretado como um indicativo da emergência de subcentralidades ou, ao menos, de uma orientação para tal configuração, visto o aumento de funções não residenciais nos territórios em expansão. Tal fenômeno traz novamente à tona o debate sobre a amenidade, agora articulado a novas dinâmicas territoriais associadas à diversificação funcional do espaço urbano.

Cabe salientar que o processo de conurbação entre as áreas urbanas do recorte espacial analisado já podia ser observado em 1985 entre os municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu. No entanto, entre Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, esse processo só passou a ser identificado entre 1990 e 2000, consolidando-se no intervalo de 2000 a 2010.

Figura 5. Cabo Frio: Avanço de área urbana e conurbação com Casimiro de Abreu e Rio das Ostras (2024)



Fonte: IBGE (2024) & MapBiomas (2024).

Ao voltarmos o olhar para o município de Campos dos Goytacazes, torna-se necessário adotar uma abordagem diferenciada de análise do espaço urbano, em razão tanto de sua extensa área territorial quanto da sua configuração espacial. Neste caso, três recortes distintos demandam atenção: à sede do município, a localidade de Farol de São Thomé e uma formação incipiente de conurbação com o município vizinho de São João da Barra (Figura 6). Cada um desses espaços apresenta lógicas próprias de uso e ocupação do solo, sendo essa diversidade refletida nos dados analisados.

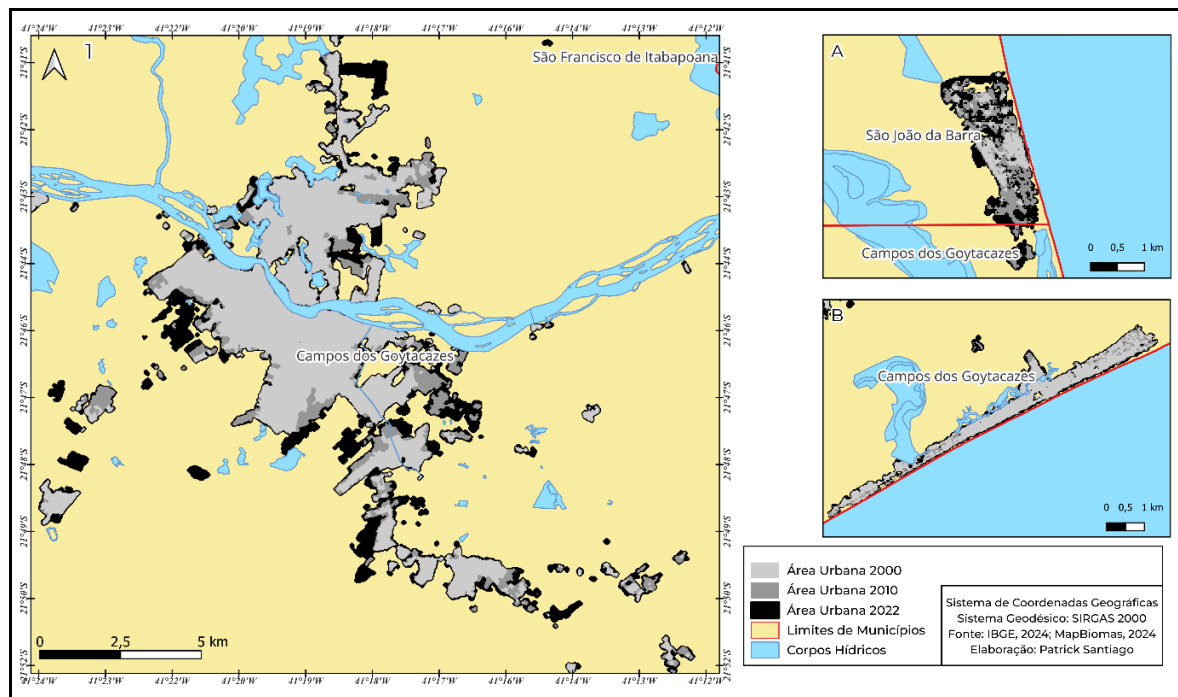
Ao realizarmos a mesma análise referente à composição das tipologias nas áreas de avanço urbano no município de Campos dos Goytacazes, foi possível observar que 88,10 % das feições correspondiam ao uso residencial e 11,90 % às demais tipologias entre os anos de 2000 e 2010. No período de 2010 a 2022, 88,59 % referiam-se ao uso residencial, e 11,41 % às demais tipologias. Na sede do município, os dados indicam que 88,02 % das áreas de expansão eram destinadas ao uso residencial e 11,98 % a outras tipologias entre 2000 e 2010; já no período entre 2010 e 2022, 88,61 % correspondem ao uso residencial e 11,39 % às demais tipologias. Na localidade de Farol de São Thomé, entre 2000 e 2010, 89,87 % eram de uso residencial e 10,13 % de outras tipologias, enquanto, no período de 2010 a 2022, os percentuais foram de 87,74 % e 12,26 %, respectivamente.

Na conurbação entre Campos dos Goytacazes e São João da Barra, considerando a área pertencente a Campos dos Goytacazes, 80,00 % das áreas de expansão eram de uso residencial e 20,00 % de demais tipologias entre 2000 e 2010. Entre 2010 e 2022, essa relação foi de 76,00 % e 24,00 %, respectivamente. Por sua vez, a área pertencente a São João da Barra apresentou 88,30 % de uso residencial e 11,70 % de demais tipologias entre 2000 e 2010, enquanto, no período subsequente, os valores foram de 88,36 % para uso residencial e 10,64 % para os demais usos.

Ainda com base na análise dos dados, observa-se que Cabo Frio foi o município com maior contribuição para as expansões das áreas urbanas no recorte temporal de 1985 a 1990 (23,56 %) e de 1990 a 2000 (34,14 %), seguido por Macaé (18,01 %) e São Pedro da Aldeia (27,08 %) nos respectivos períodos. Para os períodos de 2000 a 2010 e de 2010 a 2022, Macaé assume a liderança em participação, com 32,47 % e 27,74 %, respectivamente, seguido por Cabo Frio com 23,13 % e 36,19 %. Ressalta-se que os

maiores avanços urbanos em Macaé e Rio das Ostras ocorreram entre 2000 e 2010, enquanto, em Armação dos Búzios, esse processo se intensificou no período de 2010 a 2022.

Figura 6. *Campos dos Goytacazes: Avanço de área urbana na sede, localidade do Farol de São Thomé e adentramento nos limites por São João da Barra (2024)*



Fonte: IBGE (2024) & MapBiomias (2024).

A análise espacial e tabular dos dados, articulada a uma base teórica consolidada, aponta para a organização desses municípios a partir da interação de múltiplos fenômenos. Todo esse processo é observado à luz da proposição de Villaça (2003), que afirma que “o município não é mais a unidade territorial adequada para enquadrar o fenômeno urbano” (p. 713), e da perspectiva de Corrêa (2011), que diferencia o processo (urbanização) da forma (cidade) nas relações urbanas. Soma-se a isso o conceito de continuidade territorial proposto por Sposito (2004), que permite compreender o avanço concreto e tangível dos territórios e suas junções a partir da conurbação entre os municípios do aglomerado. Assim, compreendemos as descontinuidades e (re)continuidades sob a lógica da continuidade espacial (Sposito, 2004, p. 204).

A articulação entre os dados empíricos e os referenciais teóricos conduz à concepção de um aglomerado fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado em processo e forma. Essa condição resulta em uma integração cotidiana (Miyazaki, 2008), que se manifesta como um cotidiano intermunicipal (Silva, 2022) e regionalizado, no qual as vivências e dinâmicas sociais e econômicas transcendem os limites político-administrativos, especialmente na área compreendida entre Cabo Frio e Macaé. Destaca-se, ainda, o município de Macaé, que apresenta um vetor de ocupação significativo na direção sudoeste –ou no que Oséias Silva (2022) denomina de “eixo sul”–, caracterizado por expressivos lançamentos imobiliários, especialmente no bairro Granja dos Cavaleiros. Esse bairro aparece na análise como área de expansão urbana entre 2000 e 2010, evidenciando uma lógica fortemente residencial no processo de crescimento da cidade.

Em contraste, o município de Campos dos Goytacazes revela dinâmicas distintas, que reforçam seu papel central na região. Sua influência ultrapassa as relações de continuidade territorial, manifestando padrões variados de ocupação. Na sede, o avanço urbano ocorre em múltiplas direções, com predominância do uso residencial. Próximo ao Porto do Açú, observa-se uma lógica voltada a serviços e

comércio, que oferece amenidades tanto à força de trabalho associada ao porto quanto à população que ali se instala. Em Farol de São Thomé, há um aumento significativo do uso não residencial, gerando amenidades não apenas para a população local, mas também para trabalhadores das plataformas de petróleo, que utilizam o heliporto –localizado a cerca de 2 km da comunidade– como elo de ligação com o continente. Assim, serviços básicos, comércio e infraestrutura hoteleira tornam-se elementos estruturantes da localidade.

Também é importante destacar a relação de proximidade com a metrópole do Rio de Janeiro, especialmente por meio do município de Saquarema, que atua como elo entre a Região dos Lagos e a Região Metropolitana. Essa articulação ocorre, majoritariamente, por meio da malha rodoviária, através das rodovias BR-101, RJ-106 e RJ-124, que viabilizam trocas diárias de bens e o fluxo de pessoas. Essa condição permite, sobretudo nos municípios situados entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio, fluxos em múltiplas direções e, ainda que em menor escala, a consolidação de um cotidiano intrarregional.

Entendemos, ainda, que é necessária uma reflexão crítica sobre o uso do termo conurbação. Ao longo do texto –especialmente nesta seção– utilizamos essa nomenclatura para designar a continuidade territorial que ultrapassa os limites político-administrativos entre municípios, considerando a continuidade espacial nesses limites. Contudo, é importante destacar que ocorrem dois fenômenos distintos nesse contexto. De um lado, nos casos entre Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, e entre Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, pode-se conceber uma conurbação, pois existem áreas urbanas contínuas entre centros urbanos (ou subcentros), sem uma delimitação empírica precisa entre os municípios, exceto em casos de limites naturais como rios, canais e lagos.

Faremos, por fim, uma breve observação sobre a relação entre o rendimento nominal médio apresentado nos resultados do Censo Demográfico de 2010 e a espacialização dos avanços urbanos observados nesta seção. No recorte exibido no Figura 2, entre Macaé e Rio das Ostras, observa-se, na porção norte, um predomínio de ocupações (entre 2010 e 2022) em áreas com rendimento nominal médio entre 1,5 e 3,0 salários mínimos. Já na porção sul, predominam áreas com rendimentos entre 3,0 e 4,0 salários mínimos ou, em alguns setores censitários, acima de 5,0 salários mínimos –especialmente em áreas residenciais fechadas e próximas às zonas industriais de Macaé. Na expansão urbana de Rio das Ostras, prevalecem setores com renda entre 1,5 e 2,0 salários mínimos, embora haja proximidade com áreas de rendimento superior a 5,0 salários, e com vizinhança de alto padrão em Macaé.

No recorte do Figura 3, predomina a ocupação em áreas com rendimento entre 1,0 e 2,0 salários mínimos. As exceções são áreas em Cabo Frio com rendimento acima de 5,0 salários e, em São Pedro da Aldeia, com rendimentos entre 0,5 e 1,0 salário mínimo. Já no Figura 4, observa-se a ocupação em setores censitários com rendimento nominal médio entre 1,0 e 2,0 salários mínimos, além de alguns setores com renda entre 2,0 e 3,0 salários.

No recorte do Figura 5, em Cabo Frio, predomina a ocupação em áreas com rendimento entre 2,0 e 3,0 salários mínimos. Em Casimiro de Abreu, os rendimentos variam entre 1,5 e 3,0 salários mínimos. Em Rio das Ostras, a variação é mais ampla, mas os maiores aglomerados de novas ocupações concentram-se em setores com rendimento entre 2,0 e 4,0 salários mínimos, sendo as menores rendas registradas nas áreas limítrofes com Casimiro de Abreu.

Por fim, na área observada no Figura 6, referente à sede de Campos dos Goytacazes, há grande variabilidade nas áreas de avanço urbano. Identifica-se a presença de aglomerados residenciais de alto padrão, com rendimento médio entre 4,0 e 5,0 salários mínimos –especialmente nas proximidades do shopping center da cidade, a sudoeste do centro tradicional. A sudeste, predominam ocupações em setores censitários com rendimento entre 2,0 e 3,0 salários, com pequenas exceções. Já nas áreas de Farol de São Thomé e entorno do Porto do Açú, os rendimentos situam-se entre 1,0 e 1,5 salários mínimos, com exceções pontuais entre 0,5 e 1,0 ou entre 1,5 e 2,0 salários mínimos –todos no município de Campos dos Goytacazes.

5. OS ESPAÇOS DE CONSUMO NAS CIDADES OBSERVADA

Com o avanço das áreas urbanizadas nos municípios analisados na seção anterior, torna-se evidente a necessidade de ampliação da oferta de serviços e do setor comercial, de modo a atender às demandas de um novo estrato social que passa a ocupar essas áreas.

Nesse contexto, apresentamos a seguir a Tabela 3, com dados divulgados pelo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao pessoal ocupado e ao salário médio mensal nos municípios observados.

Tabela 3. *Pessoal ocupado formal e Salário médio mensal dos municípios observados (2022)*

Município	Pessoal Ocupado Formal	Salário Médio Mensal*
Macaé	140.246	5,8
Campos dos Goytacazes	105.994	2,2
Cabo Frio	56.886	1,9
Rio das Ostras	39.120	3,7
São Pedro da Aldeia	23.074	2,8
Armação dos Búzios	18.173	2,0
São João da Barra	16.244	4,6
Casimiro de Abreu	9.391	1,9

Nota: * Valores em salários mínimos de 2022 (R\$: 1.212,00)

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (2024d).

Antes de prosseguir com a análise dos dados, consideramos necessário apresentar uma explicação sobre as informações contidas na Tabela 3, uma vez que os valores podem parecer peculiares quando comparados à população total de cada município. A Tabela 3 apresenta dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais são organizados e divulgados por meio do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Esse cadastro tem como base o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O CEMPRE abrange entidades empresariais, órgãos da administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos. Segundo o IBGE (2024d), o Cadastro Central de Empresas:

A atualização dos dados cadastrais e econômicos do CEMPRE é realizada, anualmente, conjugando informações do IBGE provenientes das pesquisas estruturais por empresas nas áreas de Comércio, Construção, Indústria e Serviços e do Sistema de Manutenção Cadastral – SIMCAD; bem como do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, da Receita Federal; e do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, ambos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

E complementa que:

Para a divulgação das Estatísticas do CEMPRE 2022, foram selecionadas somente as unidades ativas no ano de referência, com endereço de atuação no Brasil e com fundação até 31 de dezembro de 2022. Em virtude de a maior parte dos Microempreendedores Individuais (MEIs) serem desobrigados de preenchimento dos registros administrativos da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, eles são desconsiderados das estatísticas do CEMPRE. Os critérios para seleção dessas unidades consideradas ativas em 2022 são descritos no tópico Critérios para seleção das unidades ativas.

Esse processo metodológico é, em nossa leitura, o definidor da categorização utilizada na Tabela 3, ao identificar o “pessoal ocupado formal”, utilizando o parâmetro apresentado pelo Instituto e definido para a pesquisa que nos fornece os dados.

Na Tabela 3, é possível observar que o município de Macaé concentra tanto o maior número de pessoas empregadas quanto o maior valor de salário médio mensal, sendo seguido por Campos dos

Goytacazes no que se refere ao número de pessoas ocupadas e por São João da Barra, se considerarmos o salário médio mensal. A título de comparação, o número de pessoas empregadas em Macaé é próximo ao registrado no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina (região Sul do Brasil), que apresentou 140.827 pessoas ocupadas, e ao valor apresentado no estado de Roraima (região Norte do Brasil), que registrou 139.224 pessoas ocupadas no ano de 2022.

Complementarmente, podemos comparar também os valores de salário médio mensal, que, curiosamente, concentram seus maiores índices no município de Santo Antônio de Lopes, no estado do Maranhão (região Nordeste), com um valor de 6,9 salários mínimos, seguido pelo município de Jeceaba, em Minas Gerais (região Sudeste), com uma média de 5,9 salários mínimos no ano de 2022.

A observação dos dados comparativos apresentados anteriormente nos causa certa surpresa, mas, ao analisarmos as relações econômicas, tais valores tornam-se compreensíveis. Tanto Santo Antônio de Lopes quanto Jeceaba apresentam salários médios elevados concentrados em setores específicos: o extrativismo de gás natural e de minério, respectivamente. De certo modo, essa lógica se replica nos municípios fluminenses, dentro de suas especificidades. Podemos destacar, nesse sentido, que Macaé mantém vínculo com o setor de gás natural, assim como Santo Antônio de Lopes, além de relações com a produção petrolífera. Já São João da Barra apresenta conexão com o setor mineral, embora, diferentemente de Jeceaba, essa atuação esteja mais orientada à exportação.

Buscamos, ainda, outra fonte de dados relativos ao registro de empregos, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que publica, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), informações sobre empregados por setor ou área econômica. Os dados, apresentados na Tabela 4, podem indicar o predomínio de determinados setores nas dinâmicas econômicas dos municípios analisados, com base nos níveis de empregabilidade.

Podemos observar, assim, que Macaé –município que apresenta os maiores valores nos registros de empregados– tem, como setor predominante na geração de empregos, o setor de serviços, que abrange uma ampla gama de empresas, com um percentual de 51,72 %. Esse é seguido pelo setor industrial, que pode ser compreendido pela presença da exploração de petróleo e gás no município, representando 25,32 % dos empregos registrados no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2022.

Tabela 4. *Empregos registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2022)*

Município	Empregos por setores econômicos					Total
	Agropecuário	Industrial	Construção	Comércio	Serviços	
Armação dos Búzios	1	103	280	3.151	11.387	14.922
Cabo Frio	180	1.897	886	12.370	27.706	43.040
Campos dos Goytacazes	1.685	7.858	4.950	23.254	55.364	93.113
Casimiro de Abreu	190	328	839	2.099	4.550	8.007
Macaé	404	34.319	16.256	14.456	70.103	135.539
Rio das Ostras	65	4.875	2.203	7.030	20.063	34.236
São João da Barra	111	1.863	2.468	1.120	10.901	16.464
São Pedro da Aldeia	131	1.230	790	5.748	12.097	19.996

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2024).

Entendemos, assim, que, para além dos novos estratos sociais que passam a se fazer presentes no espaço urbano dos municípios, há um avanço significativo nos setores de comércio e serviços. A análise dos dados corrobora essa premissa, uma vez que, entre os oito municípios abordados neste estudo, todos apresentam seus maiores percentuais de empregos gerados no setor de serviços, com variações que vão de 51,72 %, em Macaé, a 76,31 %, em Armação dos Búzios.

Ao observarmos os segundos maiores percentuais por setor, seis dos oito municípios analisados registram valores relevantes no setor de comércio –com exceção de Macaé, cujo segundo maior percentual corresponde ao setor industrial (25,32 %), e de São João da Barra, que concentra 14,99 % dos empregos

no setor da construção—. Os percentuais referentes ao setor comercial variam de 6,80 %, em São João da Barra, a 28,75 %, em São Pedro da Aldeia.

Observa-se, também, que a presença industrial, principalmente no caso de Macaé e o setor de construção, apontado como importante no caso de São João da Barra, são vetores importantes para compreender a disparidade salarial apresentada na Tabela 3, visto que nesses setores, especialmente observando a especialização presente nesses locais, geram a necessidade e uma maior capacitação e conhecimento técnico, agregando valor às funções exercidas nos empregos desses setores econômicos.

Com base nessa perspectiva, compreendemos que novas lógicas de organização dos espaços de consumo —especialmente os centros comerciais do tipo shopping center, galerias comerciais, supermercados, hipermercados e atacarejos (com ênfase nestes últimos)— vêm se expandindo no espaço urbano das cidades médias, como é o caso das localidades observadas neste trabalho. Essa expansão tem como foco o atendimento aos novos estratos sociais emergentes.

É importante reforçar o que foi discutido na seção anterior sobre a presença de empreendimentos residenciais fechados, comumente identificados como “condomínios”, que passam a ocupar áreas urbanas sob os discursos da segurança, seletividade, conforto e exclusividade.

Assim como os avanços da mancha urbana discutidos anteriormente, essa dinâmica está atrelada às lógicas de articulação e fragmentação das cidades e do próprio espaço urbano contemporâneo. Nesse sentido, Sposito *et al.* (2023), apontam para esse processo em que a homogeneização de espaços e pessoas se combina com os esforços de diferenciação, fragmentando as cidades tanto fisicamente —com a ocupação de periferias remotas e a consequente autosegregação espacial— quanto socialmente, ao ocupar também áreas periféricas mais próximas e promover uma autosegregação social.

Os autores nos auxiliam na compreensão desse processo, especialmente no que diz respeito à questão habitacional —temática amplamente desenvolvida em suas obras— e nos permitem avançar para a análise de outros reflexos decorrentes desse complexo processo de avanço socioespacial das áreas urbanas.

Retornando à discussão sobre os espaços de consumo previamente mencionados, entendemos que é relevante incluir no debate a observação sobre as novas lógicas do consumo alimentício, que, ao longo dos últimos anos, fomentaram o crescimento e a expansão dos empreendimentos conhecidos como atacarejos. Esse modelo de estabelecimento reúne características do comércio varejista, tradicionalmente representado por supermercados e hipermercados, com as vantagens de preços mais atrativos e opções em maior volume, típicas do comércio atacadista. Esse novo formato vem reestruturando significativamente a cadeia do setor alimentício, levando ao fechamento de diversas lojas no formato clássico de hipermercado, que, por sua vez, vêm sendo convertidas em unidades de atacarejo ou em supermercados menores, sendo inclusive vendidas para outros grupos empresariais.

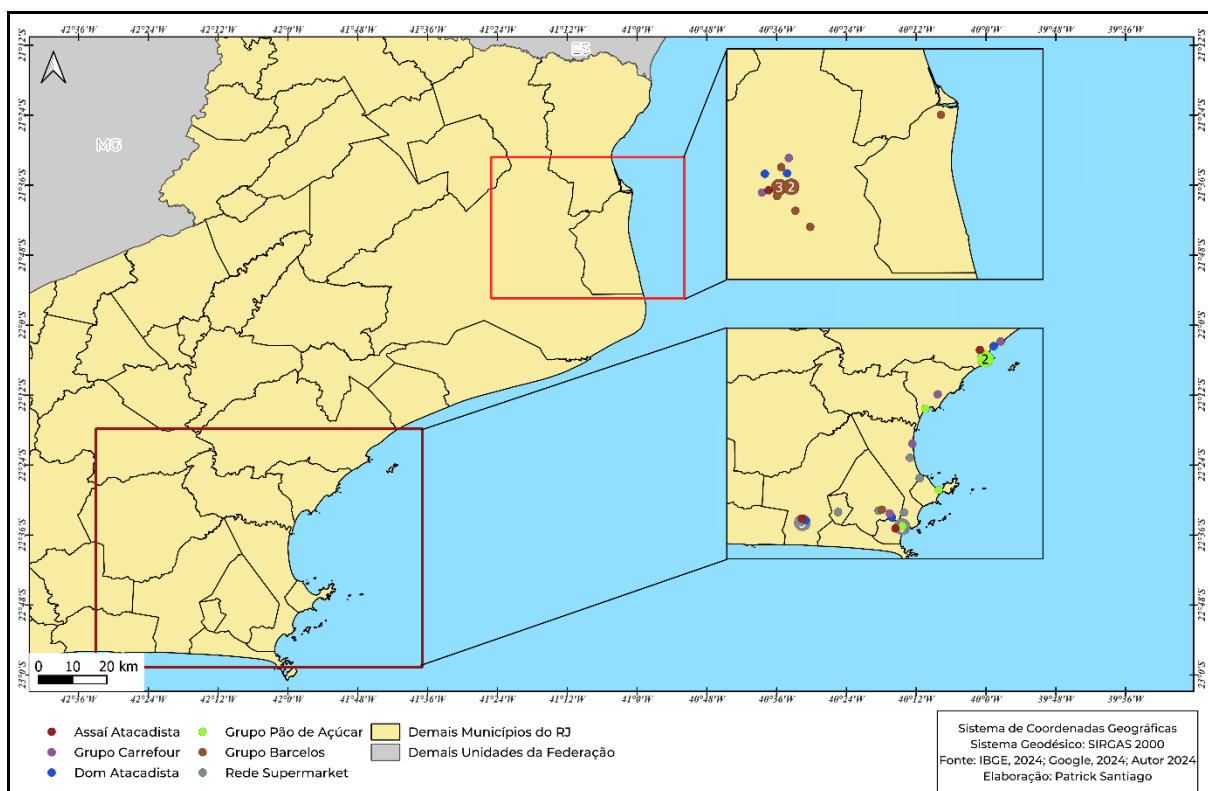
Essa dinâmica é exemplificada pela atual reestruturação do Grupo Carrefour Brasil, detentor das marcas Carrefour, Nacional, Bompreço, Sam’s Club e Atacadão. Ao longo de 2024, o grupo fechou 123 lojas e vendeu outras 15, sendo 8 unidades da bandeira Nacional destinadas aos Grupos Muffato e Festival, no município de Curitiba, estado do Paraná. Ainda em 2023, o início desse processo de reestruturação resultou na conversão de 40 lojas da bandeira Carrefour Hipermercado para os formatos Atacadão e Sam’s Club.

Outro caso semelhante é o do Grupo Pão de Açúcar, que controlava as marcas Pão de Açúcar, Extra e Assaí. Em 2007, o grupo passou a controlar 60 % da companhia Assaí, originalmente fundada em 1974, em São Paulo (ASSAÍ, 2024). No ano seguinte, iniciou sua expansão regional, com a inauguração de 28 lojas, com destaque para as cidades de Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ). Com resultados positivos, o modelo de atacarejo passou a ser uma subsidiária integral do Grupo Pão de Açúcar a partir de 2011. Após uma década de operação conjunta, o Grupo Pão de Açúcar e o Assaí se tornaram empresas independentes, sendo o Assaí incorporado ao mercado financeiro por meio da comercialização de ações na B3 (Bolsa de Valores do Brasil) e na NYSE (Bolsa de Valores de Nova Iorque). Ainda em 2021, parte das lojas da bandeira Extra Hiper foi convertida para o formato atacarejo, totalizando, segundo a empresa, 60 unidades.

Esses exemplos ilustram as novas lógicas que moldam o espaço urbano contemporâneo e que, juntamente com outras empresas do setor de comércio alimentício, constituem o objeto de análise desta seção, especialmente no que diz respeito à espacialização da localização desses empreendimentos.

Ao espacializar os estabelecimentos das empresas Assaí, Carrefour, Grupo Pão de Açúcar, Carone, Supermarket, Grupo Barcelos e Dom Atacadista, observou-se que a rede com o maior número de unidades é o Supermarket (Figura 7). Tradicionalmente concentrada na capital, Rio de Janeiro, e na Região Metropolitana, a rede Supermarket tem ampliado sua área de atuação em todo o estado desde 2022. Em 2023 e 2024, novas lojas –de diferentes formatos– foram inauguradas em diversas regiões, com base em um discurso institucional voltado para a ideia de “estar sempre perto do cliente”. Essa lógica de “rede de lojas de bairro” valoriza a identificação com a marca e a facilidade de acesso, priorizando a proximidade como um fator estratégico de expansão.

Figura 7. Estabelecimentos de comércio alimentício nas cidades estudadas (2024)



Fonte: IBGE (2024); Google (2024); pesquisa de campo (2024).

Ainda a respeito da rede Supermarket, em dezembro de 2024, foi inaugurada uma unidade que trouxe alguns diferenciais, tanto para a própria rede quanto para a região. Entre as inovações, destaca-se a estrutura do estabelecimento, que, além de atender ao setor alimentício, também oferece itens de eletrodomésticos, cama, mesa, banho e utilidades domésticas. A unidade conta ainda com lojas e quiosques de farmácia, produtos para *pets*, *fast food*, academia e, como um diferencial significativo, um eletroposto com terminais de recarga para automóveis elétricos.

Como já mencionado, além do comércio alimentício, os shopping centers podem ser considerados como exemplos de novos espaços de consumo. Porém, para além da definição tradicional de um shopping center, é interessante também observar sua toponímia e a forma como esses empreendimentos se expandem e se posicionam no espaço urbano. Para identificar um estabelecimento do tipo shopping center, é necessário um parâmetro que envolva referências específicas, como os dados disponibilizados pela Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), que, anualmente, realiza um censo sobre esses estabelecimentos. De acordo com a Abrasce (2024), um shopping center deve apresentar uma área bruta

locável (ABL) igual ou superior a 5 mil metros quadrados, com uma variedade de unidades comerciais, administração centralizada, aluguel de lojas tanto em modelos fixos quanto percentuais, presença de lojas âncoras e vagas de estacionamento.

Dentro dessa perspectiva podemos apontar que a Região Norte Fluminense conta com a presença de cinco *shopping centers*, sendo dois em Campos dos Goytacazes³, um em Cabo Frio,⁴ um em Rio das Ostras⁵ e um em Macaé,⁶ observando as características necessárias para a classificação como *shopping center* pela Abrasce. Além desses, podemos apontar 13 empreendimentos no que estamos estabelecendo como toponímias, o uso da nomenclatura *shopping* a fim de gerar uma identificação. Nesse último caso o que se apresenta são galerias comerciais, algumas até com uma estrutura e uma centralidade chamativa localmente, mas que não apresentam o tamanho mínimo estabelecido ou não tiveram vínculo com a Abrasce.

Ao observar a espacialização desses empreendimentos dentro da organização interna das cidades, podemos perceber que a maioria dos *shopping centers* mais antigos, inaugurados entre 2011 e 2013, em Campos dos Goytacazes e Cabo Frio, respectivamente, estão localizados em áreas que podem ser classificadas como zona periférica do centro principal. Como já apontado por Santiago (2023) sobre Campos dos Goytacazes, essa tendência reflete uma lógica de expansão para além das áreas centrais. Por outro lado, ao analisarmos os empreendimentos que apenas utilizam a nomenclatura de "*shopping center*", podemos observar que esses estão espacializados em diferentes áreas das cidades, incluindo tanto as zonas centrais, como em Campos dos Goytacazes, Macaé e Cabo Frio, quanto em áreas de ocupação periférica, como é o caso de Armação dos Búzios e de parte de Cabo Frio (Figura 8).

Esse avanço das dinâmicas capitalistas sobre o território orienta e reestrutura as lógicas de uso e consumo do espaço, assim como de bens e serviços, segundo os modelos contemporâneos e passa a agregar novas lógicas de formas e espaços de consumo, como a presença e validação de avanços tecnológicos. Cabe nesse contexto lembrar as categorias apontadas por Santos (1985, pp.52), forma, função, estrutura e processo, observando, conforme aponta o autor que

[...] forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes.

Assim, observamos que o processo de avanços da área urbana nas cidades observadas vem reestruturando, ou seja, alterando a estrutura, essas cidades sob a lógica da fragmentação e articulação e da continuidade e contiguidades, já apontadas, incluindo novas formas e funções as cidades, isso de modo desigual, concebendo uma lógica contemporânea as dinâmicas e relações, nos âmbitos econômico, social e territorial, entre os agentes, poder público, que precisa ordenar o território, e a população, independente do estrato social. Cabe ressaltar que, mesmo com essas alterações, as relações nas cidades médias continuam sendo organizadas e orientadas por lógicas específicas, sem configurar um processo de metropolização, não existindo processo de metropolização, com chegou a ser apontado por estudos do planejamento urbano, mas sim, o avanço das relações capitalistas contemporâneas que apresentam, como

³ Em Campos dos Goytacazes temos o shopping Partage Campos, inaugurado em 2011 com Boulevard Shopping Campos dos Goytacazes pela, então, empresa Aliance Shopping Centers e que foi vendido à empresa Partage em 2024. Temos também o shopping Guarus Plaza, inaugurado em 2019 pela Metro Malls em parceria com o Grupo Barcelos.

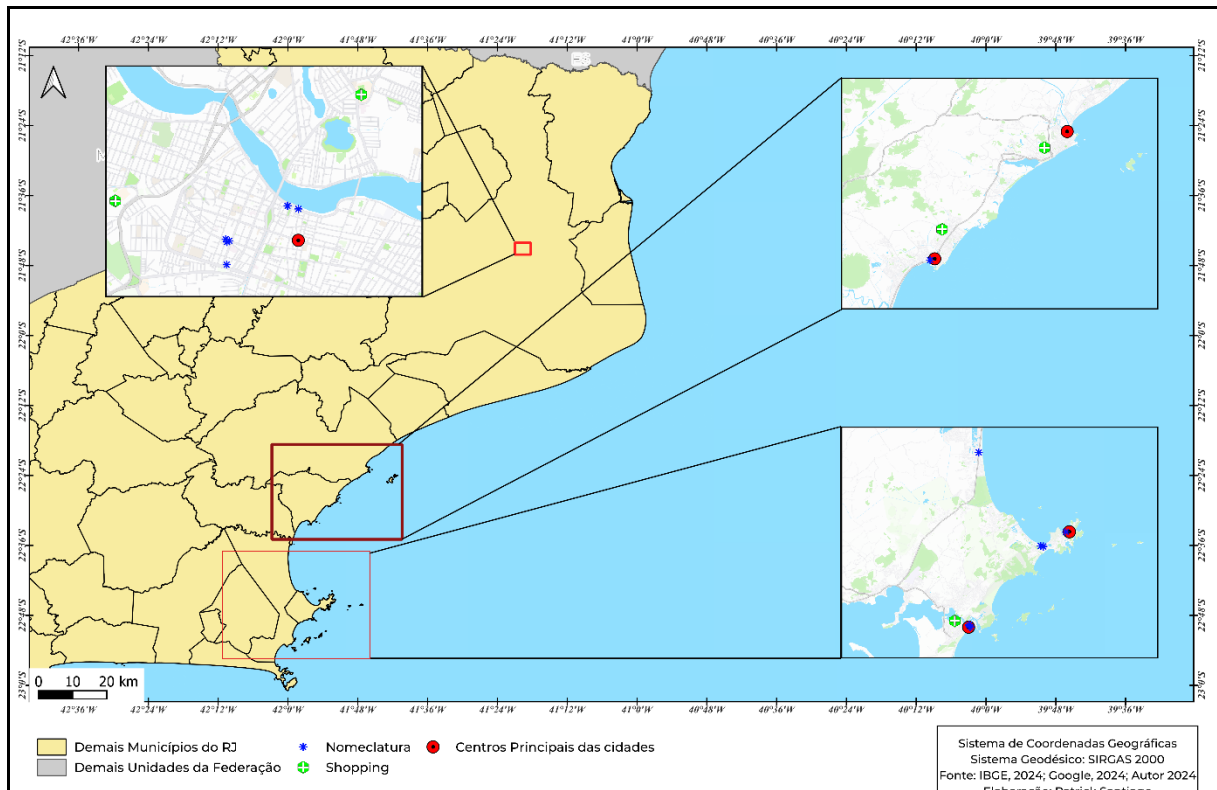
⁴ Em Cabo Frio temos o Shopping Park Lagos, inaugurado em 2013 e pertencente à empresa Argo Desenvolvimento.

⁵ Em Rio das Ostras temos o Shopping Plaza Rio das Ostras, inaugurado em 2024 e pertencente a empresa Caucaia Malls.

⁶ Em Macaé temos o Shopping Plaza Macaé, inaugurado em 2008 e pertencente à empresa Soul Mall.

sempre apresentaram, mudanças, e adequações as crises e contradições próprias do sistema capitalista e de suas mudanças em busca da sua (re)produção.

Figura 8. Estabelecimentos do tipo Shopping Center e toponímias similares nas cidades estudadas (2024)



Fonte: IBGE (2024); Google (2024); pesquisa de campo (2024).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto apresentado, tivemos como objetivo analisar, debater e compreender as dinâmicas e lógicas presentes nos processos de avanço urbano e de reestruturação das cidades médias compreendidas na Região Norte Fluminense. Para tanto, a utilização de dados sobre uso e ocupação do solo foi o ponto de partida para a construção deste trabalho, complementada por informações econômicas e demográficas.

Apontamos que a análise geográfica do crescimento demográfico e econômico ocorre por meio da integração entre esses dados e os conceitos teóricos estabelecidos nos estudos urbanos, que discutem a cidade, o espaço urbano e as relações sociais, econômicas e territoriais –tríade que estrutura esta investigação–. Vincular essa análise aos fluxos urbanos, de pessoas e bens, nos permite avançar na compreensão do espaço urbano e das relações que nele se estabelecem, sob a ótica das organizações e princípios contemporâneos que emergem das complexidades da (re)produção do capital. Tal processo é especialmente perceptível na interação entre essa (re)produção e as práticas espaciais historicamente desenvolvidas pelos agentes sociais, muitas vezes orientados –e, por vezes, orientando– o poder público.

Ao observar as áreas de expansão urbana, identificamos distintos padrões: em alguns casos, há continuidade espacial entre municípios que pode ser interpretada como conurbação; em outros, há pequenos aglomerados ou mesmo a expansão sobre os limites político-administrativos. Verificamos, ao longo do texto, indícios de influência industrial nos avanços urbanos entre Macaé e Rio das Ostras, particularmente no recorte residencial, evidenciado pela presença do empreendimento Alphaville e pelo estrato social a ele associado –geralmente vinculado a modelos de moradia fechada e de alto padrão–.

Por outro lado, os avanços entre Cabo Frio e São Pedro da Aldeia evidenciam uma conurbação de perfil distinto, predominantemente residencial e voltada a um estrato social médio-baixo. Essa leitura se

apoia na presença de empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida, de loteamentos abertos, de moradias autoconstruídas e de conjuntos residenciais fechados voltados à classe média local, com imóveis na faixa de R\$ 120.000,00 em média.

Há também a continuidade urbana estruturada por centralidades locais, como no caso da aglomeração entre o distrito de Tamoios (Cabo Frio), o distrito de Barra de São João (Casimiro de Abreu) e Rio das Ostras. Mesmo diante da formação de aglomerações por centros locais, há um predomínio de Rio das Ostras, evidenciado pela presença de espaços de consumo mais especializados e com maior alcance regional. Contudo, o território revela uma diversidade de centralidades menores, o que se explica pela variedade de estratos sociais presentes nessa área.

No caso de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, observa-se uma aglomeração que parte do núcleo urbano de São João da Barra e avança sobre o território de Campos, além da expansão urbana na localidade de Farol de São Thomé. Ambas as áreas são orientadas pelas dinâmicas industriais e portuárias, com destaque para o Porto do Açú, que atua como fixo de importância regional e como conversor de fluxos diversos –desde trabalhadores altamente qualificados até mão de obra informal, atendendo a diferentes escalas de demanda–.

É igualmente relevante destacar as disparidades entre os valores do crescimento demográfico e de unidades residenciais e os rendimentos nominais médios observados em 2010. Em Macaé, prevalece a ocupação de áreas de maior rendimento; em Rio das Ostras, há diversidade de estratos sociais atendidos; em Cabo Frio, coexistem diferentes lógicas –com expansão urbana em áreas de rendimento médio e pontuais espaços de diferenciação socioeconômica; São Pedro da Aldeia apresenta crescimento atrelado a rendas mais baixas; enquanto Campos dos Goytacazes reforça a diferenciação socioespacial, marcada pela presença de espaços residenciais fechados de médio e alto padrão.

Neste cenário, identificamos os agentes residenciais (como Alphaville, Dahma e MRV) como atores centrais na orientação da ocupação do espaço urbano, sobretudo nos estratos de médio-alto poder aquisitivo. Nos estratos de menor renda, prevalecem a autoconstrução e os loteamentos abertos, muitas vezes impulsionados por agentes locais.

Dessa forma, compreendemos que os resultados apresentados corroboram nosso referencial teórico e também se sustentam de maneira autônoma. A relação entre o avanço demográfico e o uso do solo na categoria urbana revela-se, em certa medida, proporcional, uma vez que a produção imobiliária tende a se antecipar às demandas apontadas pelas tendências demográficas. Isso fomenta a incorporação de novas formas de consumo do espaço –no plano imobiliário, com os espaços residenciais fechados, e no plano comercial, com o avanço de lógicas contemporâneas de consumo de bens e serviços, muitas vezes associados a hábitos metropolitanos.

Ademais, os espaços de consumo têm avançado sobre esses territórios, adaptando-se às demandas de diferentes estratos sociais, mas com foco na população de médio-alto rendimento. Observa-se, assim, a presença de tendências contemporâneas como eletropostos, autoatendimento e *e-commerce*, muitas vezes articuladas por agentes multiescalares como as administradoras de *shopping centers* (Partage, Soul Malls, Argo) e redes de supermercados, hipermercados e atacarejos.

Concluimos, portanto, que há uma relação indissociável entre os movimentos demográficos, o uso e a ocupação do solo, os processos de fragmentação e articulação do espaço urbano, a concentração cêntrica de atividades econômicas e o avanço de novos equipamentos e serviços nas cidades analisadas. Tais dinâmicas são organizadas não apenas pelas relações internas da região, mas também por conexões com a metrópole e com a economia globalizada, por meio das lógicas da heterarquia. Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de articulação entre os espaços urbanos dessas cidades e as lógicas globais da (re)produção do capital e das relações sociais contemporâneas.



Declaração responsável: O autor declara que não existe conflito de interesses em relação à publicação deste artigo.

7. REFERÊNCIAS

- Carlos, A.F.A. (2004). *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. Contexto.
- Catelan, M.J. (2013). *Heterarquia urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias*. Cultura Acadêmica.
- Christaller, W. (1966). *Central Places in Southern Germany* (Translated from Die Zentralen Orte Süddeutschland by Carlisle W. Baskin). Prentice-Hall, INC. Englewood Cliffs.
- Corrêa, R.L. (1995). *O espaço urbano*. Ática.
- Corrêa, R.L. (2011). *Trajetórias geográficas*. Bertrand Brasil.
- Derudder, B. (Ed.). (2012). *International handbook of globalization and world cities*. Edward Elgar Publishing.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Censo Demográfico 2010*. IBGE. <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Regiões de Influência de Cidades - 2018*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024a). *Censo Demográfico 2022*. IBGE. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/downloads.html?localidade=BR>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024b). *Agregados por Setores Censitários preliminares: população e domicílios: resultados do universo*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=39499&t=publicacoes>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024c). *Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=40121&t=publicacoes>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024d). *Estatísticas do cadastro central de empresas: 2022*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102093>
- Lourenço, P.M.S., Santiago, P.J., & Silva, W.R. (2024). Urbanización y ciudades medianas: rol de la difusión urbano-regional del comercio y servicios en Petrolina (PE) y Campina Grande (PB). *Ikara. Revista De Geografias Iberoamericanas*, (4). <https://doi.org/10.18239/Ikara.3470>
- Melara, E., Silva, W.R., Silva, W.R., & Schor, T. (2022). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: resende e parintins*. Consequência Editora.
- Miyazaki, V.K. (2008). *Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó*. Editorial.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais 2022 (2024). Ministério do Trabalho e Emprego. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2023/rais-2022>
- Santos, M. (1985). *Espaço e método* (Vol. 3). Nobel.
- Silva, O. T. (2022). A relação entre proprietários fundiários e promotores imobiliários na expansão urbana de Macaé-RJ. *Revista Continentes*, 1(20), 48-70. <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i20.382>
- Sposito, M. E. B. (2004). *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo* (Tese de Livre-Docência, Universidade Estadual Paulista). Universidade Estadual Paulista.
- Sposito, M.E.B. (2007). Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In M.E.B. Sposito (Org.), *Cidades médias: espaços em transição* (pp. 233-253). Expressão Popular.

- Sposito, M.E.B. (2009). Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado* (pp. 41-70). Universitat de Lleida.
- Sposito, M.E.B. (2017). *Espaços fechados e cidades-Insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. Editora Unesp.
- Sposito, M.E.B., & da Silva, W.R. (Eds.) (2017). *Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades*. Consequência.
- Sposito, M.E.B., & Sposito, E.S. (2017). Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 21(2), 462-479. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.131655>
- Sposito, M.E.B., Miyazaki, V.K., Santos, R.R., & Melazzo, E.S. (2023). Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. In *Anais do XX ENANPUR* (ENANPUR 20, Belém). ANPUR. <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/07/sl-17.pdf>